

## PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL CORRESPONDENTES AOS PRINCÍPIOS DO JUÍZO MORAL

AUTOR: RICARDO DE SOUZA MACHADO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

### RESUMO

São vários os problemas em sala de aula nos dias de hoje, com os quais se deparam conflitos relacionados à moral, isto é, ao que é certo ou errado no contexto de uma sociedade que se fragmenta, banalizando-se, muitas vezes, o respeito às boas normas de convivência. Algumas das razões relativas às causas e efeitos desse paradigma que alterou as sociedades brasileiras nos últimos anos, e que se acentua de ano após ano, faz menção a alguns princípios, com os quais se dirigem a um estado de instabilidade que só podem ter explicação fazendo análises de alguns desses princípios, seja em relação ao interesse, ou à linguagem, ou à autonomia. Que se diga de passagem pode-se fazer relação a outros princípios que se inter-relacionam a esses, uma vez que já não há regras que suprem as necessidades dos alunos em sala de aula por ocasião de alguns outros princípios relativos à boa convivência e à disciplina, bem como o respeito ao professor que é a questão da moral, e não obstante, o respeito ao aluno.

Palavras chave: juízo moral, interesse, linguagem, autonomia.

### ABSTRACT

*There are several problems in the classroom these days, with which they run into conflicts related to morality, that is, to what is right or wrong in the context of a society*

**Revista Eletrônica de Ciências da Educação, Campo Largo, v. 14, n. 1, nov. de 2015.**

*that is fragmented, banalizing, often, compliance to good living standards. Some of the reasons concerning causes and effects of this paradigm that changed Brazilian companies in recent years, and that is accentuated, year after year, does mention some principles with which direct a state of instability that can only be explained by some of these analyses principles, whether in relation to the interest, or language, or autonomy. To say may make relative to other principles which interrelate to these, since there are no rules that supply the needs of the students in the classroom at some other principles relating to coexistence and to the discipline, as well as respect for the teacher who is the moral issue, and notwithstanding respect to student.*

*Key words: moral judgment, interest, language, autonomy.*

## INTRODUÇÃO

Muito se sabe o quanto vem aumentando, ano após ano, os problemas de relacionamento escolar, sobretudo com indisciplinas por parte dos alunos. O que talvez não se discute muito entre os professores é o fato de que isso pode ter alguma relação com os interesses dos alunos, os choques culturais entre docentes e discentes, bem como as influências na linguagem para a formação do juízo moral. Tais trajetórias perpassam por um verdadeiro mal-estar vivenciado nas escolas (ARROYO, 2004).

Só como exemplo, analisando esses problemas conflituosos, nos deparamos com àqueles relacionados às colas, às quais os alunos têm por costume fazer antes de qualquer exame ou prova; algo taxado como proibido, e que pode, por efeito, abalar a moral, embora seja corrente o seu uso, mas que por outro lado, considera-se como regra, a de não utilizá-la, como àquela que deve ser respeitada. No Brasil esse problema é cada vez mais irrelevante por não incutir mais no aluno tais regras, entre tantas outras, muitas vezes impostas. Neste sentido, caberia investigar casos particulares, podem ser várias as causas desse problema na atualidade. Ora, não deixa de ser, de certa forma, um

problema totalmente prejudicial, hajam vistas questões de falta de cooperação, isso quando a escola condena os alunos ao trabalho isolado, dispondo-os uns contra os outros. “[...] Os escolares organizam juntos a cola, para resistir em comum à coação escolar” (PIAGET, p. 217, 1994).

Neste sentido, é uma das formas de aprendizagem: muitas coisas podem ser aprendidas por meio de discussões em grupo durante uma cola. Não deixa de ser paradoxal se pensarmos em como algo que se justifica como cópia pode ser aprendida melhor do que individualmente ao infringir tal lei de coação.

“[...] Constatamos a resistência sistemática dos alunos ao método autoritário e a admirável engenhosidade empregada pelas crianças de todas as regiões para escapar à coação disciplinar” (PIAGET, p. 271, 1994).

Questões como esta podem ser analisadas para melhor entendimento sobre as razões que levaram os alunos a não mais respeitar tais regras, entre tantas outras, às quais são cada vez mais crescentes nos dias atuais. Pode-se verificar, no entanto, que a coação do adulto sobre a criança também pode ter outro efeito: crianças com dificuldades de aprendizagem, seja pela transmissão imposta, ou pela falta de pré-requisitos, acabam usando vários sistemas de defesa para conseguir a aprovação, isto é, em vez de fomentar o conhecimento, passa a se preocupar unicamente com a nota (VASCONCELLOS, 2002).

Contudo, o que deflagra essa situação está no excesso de padronização do ensino que muitas vezes desumaniza, individualiza (VASCONCELLOS, 2009). Mas, é claro que isso não costuma acontecer sempre. Vê-se a preocupação com esses problemas com a qual se percebe com as crescentes tentativas de superação, o que vem ocorrendo pouco a pouco. Isto é, vem se tornando cada vez mais comum as mudanças curriculares, embora ainda não seja consenso geral, em razão das incompatibilidades de aulas descontextualizadas com as realidades dos alunos, como projetos voltados para seus interesses, ou a importância da pesquisa, à qual é inserida uma participação mais ativa do aluno. Mas todo e qualquer processo de mudança curricular não é simples, se

concretiza em longo prazo, e por isso problemas de natureza humanística relacionadas à cooperação, às regras ou às boas normas de convivência, por enquanto se fazem bastantes presentes em salas de aula neste início de século, em que se tenta encontrar um caminho mais harmonioso, uma vez que conflitos também quebram o processo de harmonização da aprendizagem eficiente, corroborando outro processo: a rotina para os alunos, muitas vezes inquietos com as situações de coação curricular.

Portanto, caberá verificarmos aqui, educadores ou não, tanto por gestores do poder executivo, quanto do poder legislativo, e enquanto democracia com a qual Piaget se apoiou, problemas inerentes a tais conflitos conjugados no seio da sociedade para que a cidadania se edifique em pequenos espaços como em salas de aula, bem como num macrocosmo: a sociedade; sobretudo, a relevância desse tema que é o juízo moral para a paz entre as sociedades e as nações (PIAGET, 1973).

Visando a esses anseios, procurar-se-á responder especificamente neste trabalho, questões que se fazem presentes, com fins de análise, três princípios como base para o desenvolvimento da moral: interesse, linguagem e autonomia. Os mesmos servirão de apoio para que se tente entender melhor tais fatos que dão margens às consequências aqui já colocadas. Ver-se-á também que os mesmos se posicionam de forma que se integram num sistema maior de fatores que permeiam vários propósitos das que se tentam buscar.

## PRINCÍPIO DO INTERESSE

O interesse é fundamental para o desenvolvimento intelectual da criança ou do adolescente, tão bem quanto para o desenvolvimento moral, pois sem isso, a criança não se adapta ao seu meio ao qual necessita para sobreviver, uma vez que o ambiente propício a ela seja aquele ao qual lhe convém, próxima a sua realidade ou o interesse, muitas vezes, advindo do seio familiar, à qual está adaptada “[...] A descoberta do mundo se ordena segundo as constantes universais da alimentação, do abrigo, da luta, da atividade” (DUBREUCQ, p.39, 2010). Mas isso não significa que a construção mental e

moral do sujeito em transformação não possa ser reavaliada a um princípio de interesse, salientando-se a recorrência sobre outras possibilidades de construção, sempre através de análises deste aluno em relação ao seu desenvolvimento no seio escolar, que progrida aos poucos.

Da mesma forma, Decroly aponta que os interesses das crianças se sucedem, observando vestígios deixados nas diversas etapas da civilização, e são mais ou menos reprimidos pela vida familiar e social. Pode-se, então, afirmar que, são possíveis várias formas de repressão aos quais se sujeitam os indivíduos no âmbito do controle social “[...] Um cachorro que não quer roer um osso por temor aos golpes sofridos; uma criança que deixa de brincar na aula por medo de sofrer um castigo” (DECROLY, p.18-19, 1929).

Nesse sentido, verificou-se em relação a Vygotsky as necessidades, vinculadas ao papel dos signos na história das várias civilizações, às quais perpassam pelas diversas gerações nas relações sociais. Analisando nos âmbitos filogenéticos e ontogenéticos, o homem descobriu o uso de ferramentas como objetos cortantes, e logo depois foi aperfeiçoando como a confecção de lanças em virtude dos perigos relacionados à pequena distância entre o animal de caça e o caçador, depois vieram armamentos como flechas e assim sucessivamente (GEHLEN; DELIZOICOV, 2012).

Em estudos antropológicos, Hall e Lindzey (1984) discutem que crianças Sioux estavam com certa apreensão em tentar conciliar seus valores tribais tradicionais com os valores que o homem branco ensinava na escola, ocasionando grande apatia em razão dos problemas de adaptação.

Em suma, leva-se em consideração que em determinada etapa da vida dos alunos, as práticas experimentais se tornam necessidades de aprendizagem, assim como o lúdico. Tais práticas podem ser contextualizadas, conforme suas vivências, suas culturas em relação às práticas voltadas para a vida real dos alunos, “[...] os estudantes estão à margem dos problemas, pode ser necessário fazer com que enfrentem situações que se tornem reais para eles” (ZIMRING, p.81, 2010).

São inúmeras formas de abordagem sobre a questão dos trabalhos de interesse dos alunos em sala de aula, como a metacognição, vinculada aos conhecimentos dos alunos, aqueles que eles já possuíam, e com um plano de estratégias em que o aluno é o próprio gerenciador do conhecimento, mas que geralmente não é trabalhado pelos professores por se manterem frequentemente com esquemas de transmissão de conteúdos. Verificou-se, no entanto, que o aluno toma como conhecimento das estratégias, aquilo que em geral é do seu interesse, ou aquilo que poderia estar vinculado ao seu cotidiano, isto é, a pesquisa mostra que planos de ação vinculados com o contexto do aluno, ou tarefas de seu maior interesse, são usados como atividades de metacognição pelo próprio aluno (ROSA, 2012).

## PRINCÍPIO DA LINGUAGEM

Ver-se-á, contudo, que somente o interesse não dá conta por si dos problemas de enfrentamento, em geral, para resolver todos os problemas morais relativos aos diversos conflitos em voga se tal não tiver desde sempre inter-relacionado a outros princípios como o propósito do reconhecimento ao que se propõem fazer, tanto no plano do pensamento, quanto no plano da ação, em que se busca uma forma de entendimento entre os pares que passa pela linguagem.

Foi com essa intenção que se propôs os três princípios da moral, sendo que os dois primeiros não se dissociam um do outro por essas razões, e o da linguagem serve como uma ponte buscando ir ao alcance do primeiro.

De certa forma, o modelo de ensino tal qual como ainda nos é apresentado nos dias de hoje também não dá mais conta das necessidades dos alunos. Há de se encontrar um modelo vigente com as necessidades da linguagem de forma que se interaja, sobretudo, com as outras áreas do conhecimento (RIO GRANDE DO SUL, 2009).

Neste sentido, e do ponto de vista pedagógico, não se pode dizer que a importância da educação se restrinja somente à tarefa do professor, pois de forma interdisciplinar, a linguagem é favorecida simbolicamente e, como nesse outro trabalho, destaca-se, o que também ocorre arquitetonicamente, assim como ideologicamente, a

influência da história e da memória, pois flui em vigorosas obras, inclusive das arquiteturas dos prédios escolares (FERREIRA, 2011).

Ora, vemos que a linguagem, que se manifesta de inúmeras formas, está presente o tempo todo, não somente através da arte plástica, da arte cênica, da música, da literatura, mas de forma que possa contribuir para a transformação psíquica por parte de indivíduos ou de forma coletiva, na sociedade, atingindo uma importância social. Cabe aos professores, a forma de currículo e toda a gestão, tanto por parte do estado, quanto da direção escolar, deixar bem encaminhado e planejado essa fluidez linguística que pode se vincular no desenvolvimento moral da criança.

Como já colocado, existem inúmeras formas de linguagem, podendo ser destacadas outras, como a música, que por sua vez, é outra forma de linguagem que deve ser incluída no currículo não de forma polivalente, mas também interdisciplinar, isto é, além da aprendizagem em música, é possível favorecer a integração de todas as outras artes e formas de linguagem que se interajam entre si, contribuindo, sobretudo, para uma melhor qualidade do ensino (BAUMER, 2012).

Outras propostas de meios linguísticos: o cinema, como linguagem cinematográfica (BRIDI, 2012).

Tratam-se aqui de propostas que são incluídas muito satisfatoriamente na eventual substituição do quadro de giz em sala de aula, muito usado como justificativa para aulas tradicionais, pela tela do cinema, por exemplo, compreendendo interfaces com outras formas de expressões, como: o teatro, a dança, a música e as artes plásticas.

Neste sentido está presente a intenção de formação – não é apenas voltada para a intencionalidade da diversão fílmica – mas, além disso, carrega no seu bojo a cultura, a história, a política em linguagem moral, ética, ou ethos.

Vendo por esse enfoque, o papel cultural, que também passa pela linguagem, se tornou preponderante para que os mecanismos sociais e morais fossem transmitidos às diversas gerações “[...] O trabalho permitiu a acumulação cultural graças à dominação

crescente da natureza, à fabricação de instrumentos (entre os quais a linguagem) e à aptidão da criação inovadora” (DUBREUCQ, p.39, 2010).

Do mesmo modo, verifica-se na criança que o desenvolvimento da moral através linguagem, conduz ao entendimento da mesma, mas que se problematiza como não sendo uma afirmação no que tange o sentimento do reconhecível como, por exemplo: “[...] Aprovo A – seria ininteligível para alguém que não entendesse – A está correto – e a explicação é um caso de *obscurum per obscurius*” (HARE, p. 9, 1996). Neste ponto, não se pode pensar em desenvolvimento do juízo moral, se pela linguagem não houver o entendimento ou o reconhecimento daquilo que esteja sendo tratado como aprendizagem, pois passa do adulto para o jovem aprendiz, sendo o primeiro como responsável por esse processo, ou seja, um orientador para o desenvolvimento da criança ou do adolescente. O *obscurum per obscurius* tratado por Hare pode ser entendido como uma avaliação que geralmente não visa ao aluno aquilo que é colocado como uma problematização atingível, por estar além de um conhecimento ou pré-requisitos que atendam suas necessidades num currículo mais humanístico.

Outrossim, é imprescindível o bom uso da linguagem, entre as suas diversas formas, para o desenvolvimento da moral dos alunos, resta-nos fazer uma análise para saber suas condições teóricas e práticas, desde o seu escopo, num sentido diretivo ao aluno, e o professor como mediador, haja vista, uma questão que aborda o plano da ação e da tomada de consciência “[...] O pensamento verbal, isto é, o pensamento que trabalha sobre representações evocadas por meio da linguagem, e não sobre as coisas percebidas no decorrer da ação, consistiria numa tomada de consciência” (PIAGET, p. 95, 1994). Embora isso tenha sido observado por intermédio da tomada de consciência, também se verificou sua construção: “[...] Observamos frequentemente, no domínio intelectual, que o pensamento verbal da criança consiste numa tomada de consciência progressiva dos esquemas construídos pela ação” (PIAGET, p. 98, 1994). Piaget, em outras obras, já havia conduzido seus trabalhos que implicava em construções desde o sensório motor até o operatório formal, o que ocorre através de equilibrações para atingir o pensamento abstrato na construção do plano verbal.



Piaget alega que possivelmente há um atraso no plano verbal em relação ao da ação, e que o juízo moral teórico se forme posteriormente através de plano simbólico constituído concretamente a partir do juízo moral prático, em razão de assimilações precedentes. Em contrapartida, Piaget alega que nada é mais exterior à consciência moral, ou que se assemelhe a um tabu imotivado do que as proibições relativas à linguagem. “[...] Sofre a coação linguística e admite sem se indagar sobre esse mistério” (PIAGET, p. 116, 1994). Trata-se, no entanto, de obrigações que permanecem estranhas à sua compreensão efetiva. Em razão de respostas de crianças entrevistadas, questionou-se o seguinte: “[...] De que maneira ela consegue então identificar a mentira às palavras feias?” (PIAGET, p. 116, 1994).

Piaget verificou, sobremaneira, que é somente a partir dos três anos que acaba compreendendo a relação da culpa; antes dessa idade, portanto, é fato que as primeiras noções de linguagem moral aparecem justamente na idade dos primeiros porquês, como tomada de consciência dos atos.

Em suma, é neste sentido que se faz presente a importância de jogos em forma de atividades interdisciplinares escolares, uma vez que a imagem do jogo é construída de acordo com o contexto social, fazendo parte seus valores e seus modos de vida em sociedade, e com os quais se expressam através da linguagem, salientando-se, assim, a importância das atividades lúdicas (brincadeiras) ou jogos para o desenvolvimento ético e moral (NEUENFELDT, 2012); o que para Vigotski, um sistema de regras está inferido à forma coletiva, e através da linguagem também pode ser transmitido socialmente (1998a) e (1998b).

Salienta-se assim, que para o princípio da linguagem é necessário passar pelo interesse inerente a ele, analisado no princípio do interesse, para que seja, por sua vez, necessária a superação de barreiras morais, a ponte que passa da heteronomia para a autonomia, sobre a qual veremos mais adiante no princípio da autonomia.

## PESQUISA SOBRE ÁREAS DE INTERESSE DE ALUNOS

Uma pesquisa realizada em sala de aula, em uma escola pública de Porto Alegre, RS, verificou o quanto é grande o interesse pela área da linguagem como veremos a seguir. Foram realizadas entrevistas pelo método clínico em abril de 2012, disponibilizando um tempo para cada aluno de uma turma de ensino médio, com o objetivo de conhecer seus interesses, e conforme idade, na faixa entre 15 e 16 anos.

Os resultados foram colocados em tabelas e gráficos como forma de melhor compreensão dos seus dados, afim de que sejam analisados dentro do enfoque do princípio do interesse, bem como o da linguagem, à qual está relacionada, isto é, saber se entre os interesses dos jovens estão presentes os estudos de disciplinas como as disciplinas da área da linguagem.

Tabela I: número de alunos que futuramente desejam cursar faculdade e percentuais.

Desejam (alta tendência)	26	86,66%
Desejam (baixa tendência)	1	3,33%
Talvez	2	6,66%
Não desejam	1	3,33%

Tabela II: relação do número de faculdades de maior interesse e percentuais.

Direito	4	18,18%
Informática	2	9,09%
Medicina	2	9,09%
Educação física	1	4,55%
Gastronomia	1	4,55%
Artes cênicas	1	4,55%
Designer	1	4,55%
Cirurgião plástico	1	4,55%
Veterinária	1	4,55%
Engenharia mecânica	1	4,55%
Biologia marinha	1	4,55%

Engenharia química	1	4,55%
Não sabem	5	22,73%

Verificou-se, portanto, que apesar da maior parte dos alunos alegarem que aulas tradicionalmente impostas são chatas para eles, a grande maioria revelou disposta em fazer algum curso superior, sendo que os cursos de maior interesse são os de maior concorrência, como por exemplo, os de medicina e direito. Já os outros cursos escolhidos devem estar de acordo com aqueles os quais sentem maior necessidade em razão do desejo natural espontâneo na escolha; enquanto os primeiros, provavelmente, estão relacionados à condição de maior aceitação social pela sociedade, os segundos podem estar mais relacionados à condição de espontaneidade ou mesmo de vocação.

Verificou-se também que nem todos responderam estas questões: 30 alunos responderam a questão da tabela I, mas somente 22 alunos estavam presentes para responder a questão da tabela II.

Tabela III: número de disciplinas escolares de maior interesse, e percentuais.

Artes	14	26,42%
Educação física	9	16,95%
Matemática	9	16,95%
Química	7	13,20%
Língua portuguesa	4	7,53%
História	3	5,65%
Física	2	3,77%
Língua inglesa	1	1,88%
Língua espanhola	1	1,88%
Filosofia	1	1,88%
Geografia	1	1,88%
Biologia	1	1,88%

Outro ponto relevante mostra a contradição entre os cursos superiores de maior interesse e as disciplinas escolares de maior interesse que cursavam no ensino médio, os quais reforçam a hipótese dos resultados da tabela II estar relacionada à condição de

maior aceitação social em se tratando de curso superior, bem como pelo fato de todos os estudantes terem respondido a questão da tabela III, mas que os mesmos não haviam se manifestado sobre a questão da tabela II, na qual mais de 22% não souberam responder. Mas que também, por outro lado, alguns deram mais de uma resposta para a questão da tabela III.

Tanto a arte quanto a educação física (verificadas como disciplinas de grande interesse, segundo a tabela III) fazem parte da área da linguagem, e pode ser um dos fatores preponderantes para as suas aceitações mais relevantes. Desde os primórdios das civilizações mais antigas, foram verificadas pinturas em cavernas, como forma de arte. Não estaria o berço da civilização antiga em desenvolvimento, na questão antropológica e na ascensão coletiva, comparável ao do indivíduo também em desenvolvimento nos dias de hoje?

Desde os primórdios até os dias de hoje a civilização vem acumulando capital cultural que passa pela linguagem, seja ela escrita ou não. Contudo, foi a partir da escrita na Grécia Antiga que ocorreram enormes avanços culturais que transformaram profundamente as sociedades no decorrer da história pelo fato de existir uma língua, o que mantém em uso um vocabulário que, num nível inconsciente, incorpora uma grande quantidade de informações (HAVELOCK, 1994).

Ora, todas as várias formas de representação artística podem ser conferidas como meio de interesse dos alunos, de forma natural, a criar, a desenvolver potenciais, seja pela linguagem, que pode ser evidenciada por suas diversas formas de expressão, seja pelo uso corrente das suas manifestações de comunicação em grupo (mas, não pela padronização, uma vez que o uso da arte difere daquela que é imposta pelo professor), sendo uma dessas o uso da pintura como forma de arte e criação, bem como a invenção pelas quais as regras são criadas pelo aluno. “[...] Atitudes morais podem contribuir enormemente para mudar os posicionamentos na vida, procurando tornar a sociedade menos violenta, injusta e mais organizada” (HEIJMANS, 2004).

Desta forma, salienta-se que o ensino que deveria ser posicionado como uma forma natural de corresponder às necessidades dos alunos, pode ser visto através da arte, mediante a vontade e o interesse, como forma de reorganização constante do mundo interiorizado pelos sujeitos, e não simplesmente como um posicionamento imposto por meios do artificialismo, sendo descontínuo e ineficaz através da coação não natural pela imposição, mas que de uma forma em geral, possa contribuir para o pleno desenvolvimento da moral.

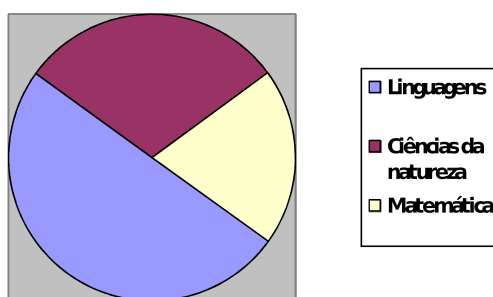


Gráfico 1: preferências pelas áreas (relativas às disciplinas escolhidas) por parte de quem optou pela faculdade de direito.

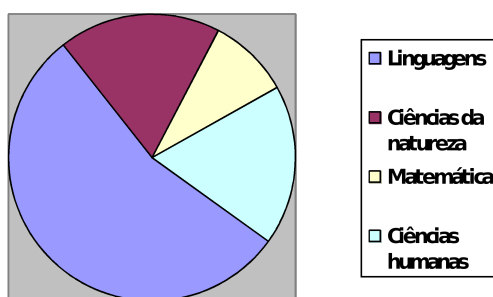


Gráfico 2: preferências pelas áreas (relativas às disciplinas escolhidas) por parte de quem optou pela faculdade de informática.

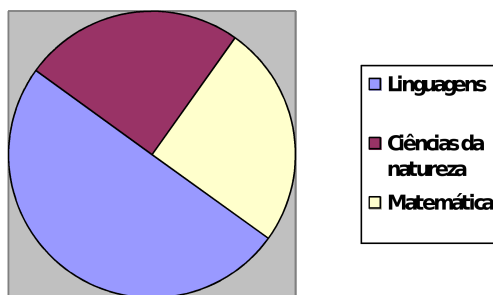


Gráfico 3: preferências pelas áreas (relativas às disciplinas escolhidas) por parte de quem optou pela faculdade de medicina.

Verificou-se pelos três gráficos mostrados, que mesmo para aqueles que responderam os cursos superiores de maior interesse (escolhidos os três cursos de maior aceitação pelos alunos), também revelaram interesses pelas áreas da linguagem durante o ensino médio que estavam cursando naquele momento das entrevistas, áreas que se diferenciam bastante de cursos como informática e medicina. E mais uma vez correspondendo a um paradoxo, tendo a preferência pelos cursos superiores ligados à tecnologia moderna, o que parece, por ora, que há um indicativo de mudanças nos patamares dos interesses quando se imagina um futuro promissor, mas esse indicativo pode não estar sendo condizente com os interesses atuais, principalmente pelo fato dos primórdios do desenvolvimento indicarem outros patamares, que podem ser mais relevantes e fazer mais sentido no atual momento de níveis de desenvolvimento, em constante expansão, que é o interesse pela área das linguagens como arte e educação física.

Sobre essas duas disciplinas, é bastante comum se observar no pátio das escolas meninos jogando futebol, ou meninas jogando vôlei, manifestados como linguagem do corpo; esportes, aliás, que apresentam muitas regras, mas dependendo de certos fatores, ora eles as obedecem, ora eles as inventam conforme o consenso entre eles. Da mesma

forma, se observa a vontade de criar através da arte, (outra forma de linguagem) como a criação de uma maquete, ou uma pintura, etc. São todos interesses muito mais comuns entre eles do que as aulas que exigem pensamento lógico e abstrato, provavelmente por não se trabalhar na etapa mais correta dos seus desenvolvimentos, e, sim, por impô-las, acabam se interessando muito mais pelas linguagens de interesse primordiais, como aqueles observados pelas civilizações antigas que se interessavam por pinturas em cavernas antes dos adventos da escrita.

## PRINCÍPIO DA AUTONOMIA

Procurar-se-á verificar, entretanto, o quanto o princípio da linguagem faz parte do desenvolvimento da autonomia, da mesma maneira, o quanto o princípio do interesse está relacionado à linguagem. Não seria possível que um indivíduo desenvolvesse autonomia se não tivesse a oportunidade de experimentar vários pontos de vista que podem ser transmitidos socialmente. Verifica-se que esses pontos de vista são transmitidos por meio da linguagem, conforme as necessidades e os interesses.

Em se tratando de questões filosóficas, a reflexão pode se inserir como pressuposto a um princípio que se intercala ao da autonomia, podendo adequar às reflexões em relação a pontos de vista alheios para refletir sobre os mesmos, ou para o próprio desenvolvimento da autonomia. Dessa forma poder-se-ia inferir sobre a dialética e a hermenêutica na filosofia, a única ainda necessária como resistência contra a heteronomia, em razão da contraposição a tudo que se lhe dirige. (STEIN, p. 17-40, 1989).

Piaget abordou de forma bastante aprofundada as duas morais na criança, pela qual passa da coação para a cooperação. Isso só será possível se a coação for superada pela cooperação, ou seja, a superação do respeito unilateral que é heterônomo para o respeito da cooperação que é autônomo através dos pontos de vista de um grupo de

indivíduos. De outra forma, pode-se afirmar que a cooperação pode superar a coação se indivíduos estabelecerem regras que se tornam mútuas entre si, desenvolvendo descentralizações que passam por sucessivas equilibrações.

Na contramão das ideias expostas por Piaget, em relação à coação, ao egocentrismo e à heteronomia, ocorre a palavra que emana ao poder e à dominação, ou à utilização da linguagem. “[...] O direito senhorial de dar nomes vai tão longe que nos permitiríamos conceber a própria origem da linguagem como expressão de poder dos senhores” (NIETZSCHE, p. 19, 1998). Neste sentido, a moral que parte do dominador, enfraquece a todos que a obedecem através das palavras que ecoam entre as várias gerações na história das civilizações.

Se nesse último a moral é perniciosa, na de Piaget, bem como na de Kant (KANT, 1989), em quem Piaget também se inspirou, ela pode ser benéfica, uma vez que a coação pode ser levada, mais tarde com o desenvolvimento da moral, à cooperação e à autonomia. Ora, quando regras forem subordinadas entre poucos poderá se manifestar riscos de dominação sobre outros, sendo este um dos motivos de guerras entre diversos povos, mas, quando em condições de autêntica evolução para a cooperação em grupo, ou em comunhão entre diversos pontos de vista, tornar-se-ão vantajosas a partir de assimilações precedentes.

Resta-nos verificar o que se pode tirar da moral em relação aos valores, isto é, encontrar o ponto necessário para dela se tirar vantagens que sejam comuns a todos e ao delineamento para atingir a verdadeira condição da democracia, sem que haja nenhuma contradição ou condição de exploração do homem sobre o homem. Por isso é imprescindível que seja atingido o desenvolvimento do respeito unilateral para o respeito mútuo para não emergir o oposto dela, que é o conformismo ou ausência da cooperação através dos diferentes pontos de vista para sair da condição da heteronomia.

De certa forma, a luta pela democracia e direitos humanos advindos nas últimas décadas, pós-guerra, sobretudo com a criação da ONU, foi fundamental para o



desenvolvimento da justiça. Tornaram-se nítidas (neste ponto pode-se observar inclusive em relação aos últimos séculos) as transformações ocorridas sobre a teocracia, as oligarquias, ou ditaduras, para a democracia; e, principalmente para efeito de comparação do juízo moral, como as teorias enfatizadas por Freud, ocorreram transmissões de credos em relação à religiosidade, pois foram autenticamente transmitidas uma vez que autoridades proibem pensar ao contrário, bem como se todas as transmissões que são passadas fossem taxativamente verdadeiras, pois assim como no passado, quando os homens atribuíam aos deuses poderes extraordinários; agora, com o avanço da tecnologia, a realidade mudou: “[...] O homem constrói poderes e forças que o capacitam a fazer ações espetaculares, como debelar doenças tidas como incuráveis... Ressuscitar pessoas em estado de coma (PEGORARO, p. 13-14, 2008).

Neste sentido, não é difícil não deixarmos de pensar o quanto esta ideia de Freud não remete a outras como as dos diversos pontos de vista para se libertar do teocentrismo ou do estado coercitivo para a verdadeira autonomia, pelo fato do primeiro se tratar do respeito unilateral e da coação em relação às normas transmitidas como ensinamentos divinos, que são as leis dos dez mandamentos. Também podem ser abordadas em obras de Freud (2010a) e (2010b).

Os diversos pontos de vista, incluindo também a elaboração de regras entre diversos pares para a formação tanto da democracia quanto da autonomia, pode se expandir por diversos limites territoriais e de tempo quando bem aprofundados. “[...] A moralidade não passa de costume local (e temporário), de que é certo que o que se crê ser moral em determinado lugar e tempo não se vê com bons olhos em outro” (BAUMAN, p. 17-18, 2010).

Ora, se por um lado Nietzsche preconiza que grande parte da humanidade obedece regras e leis divinas que a enfraquece em relação ao espírito da razão, sendo esta manifestada no homem superior e manipulador, Freud, por sua vez, estabelece um papel que advém do inconsciente para explicar suas teorias, ou em teses de ordem tanto

sociológicas, quanto psicológicas que se integram, mas que servem também para diferenciá-las quando as inserimos na ordem das de Piaget.

Em suma, a autonomia, capaz de transformar o homem, seja de forma inconsciente, seja pela superação da coação ou o respeito aos mais velhos, podendo ser os pais, os líderes políticos, os líderes religiosos, os professores ou até mesmo a Deus, forma um novo homem que também é capaz de cooperar com os outros, ou fazer com que seja respeitado pelos outros, impondo-lhes regras, muitas vezes impostas por ele.

### CONTRIBUIÇÕES FINAIS

A importância do juízo moral para o desenvolvimento infantil e do jovem estudante é imprescindível para a sua melhor qualificação. Uma das preocupações escolares neste início do século, um mal do ensino moderno, é o estresse tanto de professores (que se frustram em tentar ensinar na forma de transmissão aquilo que o aluno já não vê mais como algo que faça sentido para ele) quanto os próprios alunos que também se frustram diante das suas necessidades raramente contempladas porque o modelo de ensino vigente no Brasil ainda carrega uma cultura que há muito é disseminada em várias gerações com um profundo enraizamento, difícil de desfazer. Infelizmente é um dos fatores que muitas vezes leva ao caos, tanto em se falando na indisciplina, quanto na apatia dos alunos diante da aprendizagem paradigmática, podendo resultar na coação e na unilateralidade, sendo muitas vezes rígidas em vários aspectos, principalmente em relação a alunos que se naturalizaram com os meios de comunicação como as redes sociais, cada vez mais disseminadas como forma de liberdade de expressão entre os jovens em formação. É, possivelmente, a isso que se dê em primeiro lugar, a razão de não haver mais sentido o respeito unilateral dos alunos aos mais velhos, ou aos seus professores, os vários pontos de vista nos dias de hoje, incluindo o uso de redes sociais, que não mais permite que o estudante enxergue somente aquilo que o sujeito mais velho tem a dizer.

Diante desse impasse, é importante verificar como proceder para que o ensino não seja levado a problemas de enfrentamento e choques de cultura entre professores, pais e

alunos, pois somente com boas relações entre as partes é que o ensino será de qualidade, bem como o desenvolvimento moral, para que aquilo que é errado para um possa ser compreendido pelo outro, como mudanças na sociedade, que já não é mais a mesma e à qual atualmente muda de forma cada vez mais rápida, possa ser trabalhada em forma de cooperação para o desenvolvimento da autonomia, mas que sem isso também não será possível sem fatores como interesse e linguagem.

Contudo, se as principais autoridades das instituições escolares, sobretudo por parte dos professores, não erguerem um olhar criterioso, com metas estabelecidas voltadas para o interesse dos alunos, haverá sempre esse tipo de problema conflituoso entre os pares, o que de certa maneira também prejudica o rendimento escolar dos estudantes. A questão é como estabelecer tais metas para contemplar os interesses dos alunos - como visto na pesquisa que mostra os seus interesses pela área das linguagens - de uma área como à das linguagens para as outras áreas, tão bem quanto o entendimento das vocações de cada aluno, para o favorecimento efetivo da sua formação.

É certo que além desses três fatores para o desenvolvimento do juízo moral, é possível que seja pensado outros princípios em razão da sua complexidade que transcende e permeia de alguma forma a uma formação de natureza argumentativa, isto é, a sua formação crítica é importante para que um estudante ou qualquer outro indivíduo seja capaz de exercer cidadania plena, seja no ambiente escolar, seja no âmbito social e do trabalho, bem como para a formação da paz. A compreensão de que as guerras se enfraquecem entre nações, quando uma compreende e respeita a outra, faz com que ocorra um melhor equilíbrio de forças também no âmbito escolar por favorecer o respeito entre alunos com professores e alunos com alunos, àquilo que perpassa por princípios como o do interesse, o da linguagem e o da autonomia, mas que não é possível sem a cooperação entre grupos, ou, como diz o próprio Piaget, a elaboração de regras pelos próprios praticantes aos variados jogos existentes.

Diante de tudo isso, pode-se pensar como contornar problemas tão atuais, próprios da educação contemporânea. E uma, entre as inúmeras questões a serem levantadas, é fazer aquilo que pode ser pensado para hoje, se estendendo para mais além: trabalho em

grupos envolvendo pesquisa ou outros projetos afins. Pois são entre os grupos e as diversas modalidades de jogos envolvendo práticas de regras elaboradas pelos próprios alunos e orientadas, conforme o trabalho, pelo próprio professor, que eles poderão se interagir através da cooperação e o respeito de um pelo outro; e, é a compreensão dos diversos pontos de vista - que passam por linguagens próprias, como suas regras próprias, às quais tem alcance por intermédio de interesses próprios para a superação da heteronomia, da coação, e do pensamento objetivo, para atingir o pensamento abstrato e o desenvolvimento da moral no que tange à compreensão ao outro - que possivelmente será feito o resgate do indivíduo crítico e autônomo, a busca pela justiça moral e social.

---

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. **Imagens quebradas – Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 3º ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 4º ed. São Paulo: Summus, 1994.

VASCONCELLOS, C. S. **Avaliação: superação da lógica classificatória e excludente: do “é proibido reprovar” ao é preciso garantir a aprendizagem**. São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. **Currículo: a atividade humana como princípio educativo**. São Paulo: Libertad, 2009.

PIAGET, J. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

DUBREUCQ, F. **Jean-Ovide Decroly**. Recife: Massangana, 2010.

DECROLY, J. **Problemas de psicologia y de pedagogia**. Madri: Francisco Beltrán, 1929.

GEHLEN, S. T; DELIZOICOV, D. A dimensão epistemológica da noção de problemas na obra de Vygotsky: implicações no ensino de ciências. **Investigações em ensino de ciências**, UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 59-79, 2012.

HALL, C. S.; LINDZEY, G. Teorias da personalidade. In: \_\_\_\_\_. **Teorias psicanalíticas contemporâneas**. 18. ed. São Paulo: E.P.U, 1984. p. 55-83.

ZIMRING, F. **Carl Rogers**. Recife: Massangana, 2010.

ROSA, C. W; FILHO, J. P. A. Evocação espontânea do pensamento metacognitivo nas aulas de física: estabelecendo comparações com as situações cotidianas. **Investigações em ensino de ciências**, UFRGS, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 7-19, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico. **Referenciais curriculares do estado do Rio Grande do Sul: Linguagem e suas Tecnologias**. 1. ed. Porto Alegre: DP, 2009.

FERREIRA, A. L. T. D; FERREIRA, E. L. T. D. O entrelaçamento entre linguagem arquitetônica e ideias pedagógicas (9º seminário docomomo Brasil). Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente – Junho de 2011.

BAUMER, E. R. IV Simpósio sobre Formação de Professores – SIMFOP. Universidade do Sul de Santa Catarina - 7 a 11 de maio de 2012.

BRIDI, J. P. M. et al. XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul. Universidade de Cruz Alta, Unicruz/RS – 31 de maio de 2012 a 02 de junho de 2012.

HARE, R. M. **A linguagem da moral**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

NEUENFELDT, A. E. et al. Jogos interdisciplinares: uma possibilidade de interação criativa. **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 9, n. 1, p. 79-97, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

HAVELOCK, E. A. **A revolução da escrita na Grécia e suas consequências culturais**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

HEIJMANS, P. M. **Arte: uma linguagem natural**. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação - 2004.

BAQUERO, R. V. et. al. Educação e técnica: possibilidades & impasses. In: STEIN, E. **Dialética e hermenêutica (uma controvérsia sobre métodos em filosofia)**. Porto Alegre: Kuarup, 1989. p. 17-40.

NIETZSCHE, F. **A genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

KANT, I. **À paz perpétua**. Porto Alegre: L&PM, 1989.

PEGORARO, O. A. **Freud, Ética & metafísica**. Petrópolis: Vozes, 2008.

FREUD, S. **O futuro de uma ilusão**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

FREUD, S. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

BAUMAN, Z. **Ética pós-moderna**. 4º ed. São Paulo: Paulus, 2010.

ricardo\_souzamach@hotmail.com